



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

## Eleições regionais antes de 10 de Março

O Presidente da República, depois de receber os partidos dos Açores, amanhã, no Palácio de Belém, certamente fará uma avaliação das condições de continuidade ou não do governo de coligação, devendo anunciar a seguir qual a decisão.

Por aquilo que se vai sabendo nos corredores dos partidos, tanto o Chega como o PAN não estarão ainda em condições de responder em definitivo se mudam o seu voto com vista à aprovação de um segundo Plano e Orçamento, pelo que Marcelo tenderá, perante uma posição frágil como esta, dissolver o parlamento regional e marcar eleições antecipadas.

A agravar o cenário, o deputado independente já vai avisando que, desta vez, não votará a favor de uma segunda versão, se ela vier desvirtuada com as exigências do Chega e do PAN.

Carlos Furtado não quer ver o seu antigo partido a beneficiar de prebendas orçamentais aprovadas por ele, o que faz sentido para a sua estratégia eleitoral, já que irá recandidatar-se a deputado, pelo que tudo indica, pelo partido madeirense que se estende aos Açores, o Juntos Pelo Povo (JPP).

Perante tantas fragilidades, o Chefe de Estado não hesitará em marcar eleições antecipadas. A não ser que nos surpreenda.

Se assim for, não faz sentido que se espere para 10 de Março, com o argumento de elas ocorrerem na mesma data das eleições nacionais, por uma questão de poupanças.

Coincidir as datas é um erro, por duas razões.

A primeira tem a ver com o horizonte temporal. Então se o governo já garantiu que iria apresentar uma segunda versão do orçamento antes dos 90 dias legais, para não perdermos mais tempo, porque razão é que iríamos esperar quatro meses para as eleições regionais?

Com a eventual dissolução do parlamento ainda este mês, há todas as condições para as eleições ocorrerem no início de Fevereiro.

A segunda razão tem a ver com aspectos de logística e da confusão que se instalaria nos Açores com duas campanhas ao mesmo tempo.

Os eleitores ficariam confusos perante os candidatos a deputados na rua, perguntando se é campanha para o parlamento nacional ou regional, seriam massacrados pelos partidos sem saberem distinguir o que é campanha nacional e regional e teríamos uma enxurrada de tempos de antena na comunicação social, se calhar sempre com os mesmos protagonistas.

Mais grave: as rádios, a televisão e os jornais da região não possuem estruturas para fazer duas coberturas de campanha ao mesmo tempo, para além de que a campanha nos Açores passaria ao lado da comunicação social e dos partidos nacionais, empenhados que vão estar nas renhidas eleições do dia 10 de Março.

Finalmente, devia haver aqui uma questão de honra autonómica.

Misturar os destinos da nossa Região com os desígnios da República não é lá muito aconselhável. Seríamos vistos como uma apêndice das eleições nacionais.

Compreende-se a preocupação de se ganhar sinergias e até poupanças se as eleições forem na mesma data, mas pôr a nossa condição autonómica a reboque dos interesses da soberania nacional, é uma perda de importância regional, uma espécie de menoridade que se empurra para a data da eleição nacional porque dá jeito aos órgãos soberanos.

O argumento de que os açorianos terão que ir duas vezes às urnas e isso representar uma maçada é pouco pedagógico.

Indo mais cedo, ganhamos tempo à crise nacional e faz-se a distinção que se impõe, o que é pedagógico para todos.

\*\*\*\*

**O REPRESENTANTE DOS CROQUETES** - O Dr. Mota Amaral levantou bem a questão, em artigo no "Diário dos Açores", sobre o facto do Presidenta da República ter chamado a si a resolução da crise política na região, retirando esta prerrogativa ao Representante da República, que tinha sido o principal protagonista, há três anos, quando se formou a coligação.

Com este gesto, o Chefe de Estado poderá estar a dar um sinal de que a figura do Representante da República pode ser extinta, passando os seus poderes para a Presidência da República, o que faz todo o sentido.

Está mais do que comprovado que o cargo de Representante da República não serve para nada, é um peso para os contribuintes e só aparece para as recepções de croquetes.

Talvez porque se sentiu humilhado pelo gesto de Marcelo, o Representante da República veio esta semana dar prova de vida, pedindo a apreciação sucessiva do Tribunal Constitucional do diploma regional sobre a desafetação do domínio público marítimo do terreno das ruínas do Forte de São João Batista, em Santa Maria.

Para o Representante da República, decisões sobre o domínio público marítimo são da responsabilidade do Estado e não da Região, encostando-se assim aos centralistas de Lisboa, que negam aos Açores a gestão do seu mar, mesmo que partilhada.

É óbvio que o Tribunal Constitucional, com a sua habitual visão restritiva das Autonomias, vai dar razão ao Representante da República, que entrega assim aos centralistas de Lisboa, como António Costa, seus ministros e alguns deputados, também de cá, mais este troféu do centralismo pacóvio do Terreiro do Paço, sufocando, mais uma vez, os poderes regionais.

Enquanto não expurgarmos tais figuras deste viciado sistema centralista, as Regiões Autónomas nunca avançarão para patamares de decisão própria quanto às suas potencialidades.

Eles vão estar sempre lá, à espreita, para nos espoliar.

\*\*\*\*

**SEMPRE POBRES** - É talvez por isso, porque as aves de rapina não nos deixam potenciar as nossas riquezas, que continuamos os mais pobres do país. Os dados revelados pelo INE, relativos a 2022, voltam a ser arrasadores para a nossa região, com a taxa de risco de pobreza a subir e a privação material e social severa a atingir taxas ainda mais elevadas. Somos os piores do país e isto devia fazer soar as campanhas não só nos meios políticos da região, mas também nas instituições políticas nacionais e na Comissão Europeia.

As políticas e os políticos estão a falhar no combate à pobreza nesta região desde há muitos anos.

E de nada serve o PS vir de imediato tirar proveito político disto, quando nos anos da sua governação chegamos a ter taxas que ultrapassavam os 30%, em vez dos 26% de agora.

Se a hipocrisia pagasse imposto, os políticos aliviavam mesmo a contribuição fiscal dos pobres contribuintes açorianos.